



Previdência urbana registra superávit de R\$ 14,9 bilhões em 2010

Receita no acumulado do ano chegou a R\$ 212,6 bilhões

A Previdência Social registrou, em dezembro, o décimo superávit consecutivo no setor urbano: R\$ 9,2 bilhões. O saldo positivo resultou de arrecadação de R\$ 30,0 bilhões e de despesa com pagamento de benefícios de R\$ 20,8 bilhões. O valor exclui o pagamento de sentenças judiciais e a Compensação Previdenciária (Comprev) entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os regimes próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios.

No acumulado de 2010, o setor urbano também registrou superávit: R\$ 14,9 bilhões, excluindo-se o passivo judicial e a Comprev. O valor é 77% maior que o registrado em 2009. A receita foi de R\$ 212,6 bilhões (aumento de 11% em relação a 2009) e a despesa com pagamento de benefícios foi de R\$ 197,7 bilhões (crescimento de 7,9%). A melhora na arrecadação pode ser explicada pelo comportamento favorável do mercado de trabalho formal, que de janeiro a novembro de 2010 registrou 2,5 milhões de empregos formais.

O pagamento de passivos judiciais da área urbana, em 2010, no valor de R\$ 5,7 bilhões, e da Comprev feita entre o INSS e os regimes próprios de previdência, no valor de R\$ 1,3 bilhão, elevou as despesas para R\$ 204,8 bilhões.

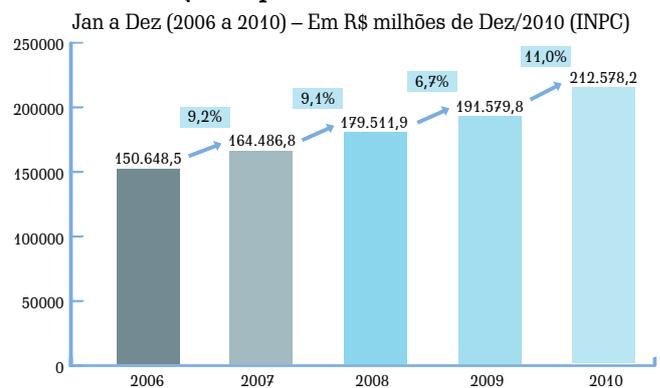
Rural – Em dezembro, a arrecadação líquida rural cresceu 18,3% em relação a novembro de 2010, registrando R\$ 493,2 milhões. Já as despesas com pagamento de benefícios somaram R\$ 5,7 bilhões, um aumento de 14,9% em relação a novembro de 2010. A diferença entre arrecadação e despesa gerou necessidade de financiamento de R\$ 5,2 bilhões. O resultado exclui os gastos com pagamento de sentenças judiciais.

No acumulado de 2010, o setor rural apresentou arrecadação de R\$ 4,9 bilhões, 0,3% maior que a registrada em 2009. A despesa com pagamento de benefícios foi de R\$ 55,3 bilhões – um aumento de 7,3% em relação a 2009. O aporte do Tesouro Nacional, feito para equilibrar as contas – previsto constitucionalmente – alcançou R\$ 50,3 bilhões, desconsiderando-se a despesa com passivo judicial.

PIB – Estudos do Ministério da Previdência Social, projetando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2010, mostram que os benefícios do Regime Geral de

Previdência Social representariam 7% do PIB. A arrecadação líquida seria responsável por 5,8% do PIB e a necessidade de financiamento, 1,2% - o menor percentual do PIB nos últimos anos.

Arrecadação Líquida – URBANO



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/DATAPREV.
Elaboração: SPS/MPS - Nota: Inclui arrecadação COMPREV.

Benefícios – Em dezembro de 2010, a Previdência Social pagou 28,141 milhões de benefícios, sendo 24,426 milhões previdenciários e acidentários e os demais, assistenciais. Houve elevação de 3,8% em comparação com dezembro de 2009. As aposentadorias somaram 15,606 milhões de benefícios, uma elevação de 3,5% em relação ao número de aposentados existentes em dezembro de 2009.

Valor médio real – O valor médio dos benefícios pagos pela Previdência de janeiro a dezembro de 2010 foi de R\$ 800,19. Em relação ao mesmo período de 2003, houve um crescimento de 23,3%.

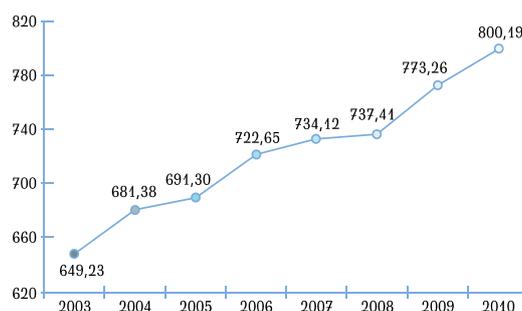
A maior parte dos benefícios (68,7%) – incluídos os assistenciais – pagos em dezembro de 2010 tinham valor de até um salário mínimo, o que representa um contingente de 19,3 milhões de beneficiários diretos.

Na área urbana, 46,0% dos benefícios pagos tinham valor de até um salário mínimo - contingente de 7,4 milhões de beneficiários diretos.

Na área rural, 99,3% dos benefícios pagos são de até um salário mínimo, o que representa um total de 8,2 milhões de beneficiários diretos.

Valor Médio Real dos Benefícios Pagos pela Previdência Social (2003 a 2010) Média de Janeiro a Dezembro – Em R\$ de Dezembro/2010 (INPC)

O valor médio atingiu R\$ 800,19 de janeiro a dezembro de 2010, o que representou um crescimento de 23,3% em relação ao mesmo período de 2003.



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS.

Elaboração: SPS/MPS.

Obs.: Inclui apenas os benefícios previdenciários e acidentários

Salário-família beneficia 7 milhões de crianças brasileiras

Para trabalhador com renda de até R\$ 573,58, o benefício é de R\$ 29,41 por filho



Um estudo realizado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social avaliou o impacto do programa salário-família no desenvolvimento dos brasileiros de baixa renda. Em 2009, o valor transferido por intermédio do salário-família foi de R\$ 2,47 bilhões, segundo uma estimativa a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A Constituição Federal classifica o salário-família como um direito dos trabalhadores urbanos e rurais de baixa renda e, desde 1991, a Lei nº 8.213 o incluiu entre os benefícios previdenciários. O benefício é pago aos empregados com carteira de trabalho assinada, exceto os domésticos, e aos trabalhadores avulsos com salário mensal de até R\$ 862,21, para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade.

De acordo com o estudo, o valor pago atualmente pelo salário-família é o maior desde o início do programa. O benefício é de R\$ 29,41 por filho para quem tem um

salário mensal de até R\$ 573,58. Para o trabalhador formal que recebe de R\$ 573,59 até R\$ 862,21, o valor do salário-família por filho é de R\$ 20,73. Quando o pai e a mãe são empregados ou trabalhadores avulsos, ambos têm direito ao salário-família.

Segundo o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, o salário-família é fundamental no sustento das famílias de baixa renda, pois 85% dos beneficiários estão incluídos na metade mais pobre das famílias brasileiras. Leonardo Rolim conta que quase 7% das famílias brasileiras recebem o benefício. "A PNAD 2009 mostrou que, em média, 4,1 milhões de famílias receberam esse dinheiro, mensalmente", disse.

O estudo também apresentou o número de crianças beneficiadas com o salário-família em 2009: foram 7 milhões. O valor médio recebido por família ficou em R\$ 50,29 mensais. O secretário esclarece que em quase 2 milhões das famílias tanto o pai quanto a mãe recebem o benefício.

Números

R\$ 2,47 bilhões
Valor transferido total

4,1 milhões
Famílias beneficiadas mensalmente

2 milhões
Famílias em que pai e mãe recebem o benefício

R\$ 50,29
Valor médio pago por família

Fonte: PNAD 2009 / IBGE

Considerando a estimativa da PNAD 2009, 40,2% dos valores transferidos para as famílias por meio do salário-família foram para a região Sudeste; 29,3% foram para o Nordeste; 14,9% para o Sul; 7,9% para o Centro-Oeste e 7,7% para o Norte.